

3

Tempo e Espaço na “Estética transcendental”

3.1.

Exposição metafísica dos conceitos de tempo e espaço

Kant antecipa então na *Dissertação* alguns argumentos que serão posteriormente, na *Crítica da razão pura*, refinados e desenvolvidos mais detalhadamente. Na “Estética Transcendental” espaço e tempo são tratados como **intuições puras a priori**, primeiro, porque ordenam uma multiplicidade, mas sem a subsumir na forma de um conceito, segundo, porque não podem ser derivados do *entendimento* e nem da *experiência*, mas, têm de ser *pressupostos* para a percepção sensível. A justificação dessas três características do espaço e do tempo é dividida na “Estética Transcendental” em uma exposição metafísica e uma exposição transcendental.

A exposição metafísica tem em vista a apresentação do que pertence a um conceito, isto é, o conceito pensado separadamente ou apenas no que se refere a ele mesmo, e, além disso, pretende demonstrar que o espaço e o tempo são, necessariamente, fundamento de qualquer fenômeno externo, portanto, não podem ser derivados dela. Contudo, é mais apropriado nos referirmos ao tempo e ao espaço, no significado dado por Kant, como representações, e não como conceitos no sentido estrito (*Begriff*), na medida em que se tratam de intuições *a priori* e, portanto, estão mais próximas do sentido de representação (*Vorstellung*). (Cf. PATON, 1970: p.108). Neste sentido, Kant segue dois argumentos, respectivamente, que o tempo e o espaço são representações *a priori*, isto é, não empíricos, e em seguida, que têm de ser intuições e não conceitos.

Kant aponta que o espaço não pode ser um conceito, na medida em que encerra em si uma infinidade de representações e, portanto, é representado como uma “grandeza infinita dada” (CRP: A25/B29), ou, em outras palavras, é uma intuição pura. A exposição metafísica do conceito de espaço apresenta-o como a forma do *sentido externo*, por intermédio do qual nos é possível representar os objetos como situados exteriormente a nós no espaço e, neste sentido, difere do

tempo, pois: “O tempo não pode ser intuído exteriormente, nem o espaço como se fora algo de interior”. (A23/B37).

Segundo Kant o espaço não pode ser um conceito empírico tomado a partir da experiência, isto é, como havia antecipado na *Dissertação*, o filósofo argumenta agora na *Crítica* que a representação de espaço “... não pode ser extraída pela experiência das relações dos fenômenos externos” (Id.), mas antes deve ser pressuposta ou, melhor, é condição da possibilidade da experiência externa, uma vez que, para que seja possível a alguém situar algo como exterior a ele mesmo, quer dizer, para que possa relacionar representações como exteriores ao lugar em que se encontra, e também como exteriores umas às outras como em lugares diferentes é necessário antes o fundamento da noção do espaço. O espaço é deste modo uma representação necessária e, por conseguinte, de acordo com Kant, tem de ser *a priori*, na medida em que fundamenta todas as intuições externas: “Não se pode nunca ter uma representação de que não haja espaço, embora se possa perfeitamente pensar que não haja objetos alguns no espaço”. (A24/B39). O espaço, portanto, não é uma determinação que dependa dos fenômenos, mas é condição da possibilidade dos mesmos, isto é, fundamenta necessariamente todos os fenômenos externos enquanto representação *a priori*. Kant argumenta que o espaço não pode ser pensado como um conceito discursivo, haja vista, quando o representamos o fazemos como uma grandeza infinita *dada*, mas um conceito é necessariamente pensado como “*uma* representação *contida* numa multidão infinita de representações diferentes possíveis (...), por conseguinte, subsumindo-as” (A25/B40). Entretanto, um conceito não pode ser entendido como se *encerrasse em si* uma infinidade de representações, como acontece quando pensamos o espaço, então, o espaço tem de ser uma *intuição a priori*:

O espaço não é um conceito discursivo ou, como se diz também, um conceito universal das relações das coisas em geral, mas uma intuição pura. Porque, em primeiro lugar, só podemos ter a representação de espaço único e, quando falamos de vários espaços, referimo-nos a partes de um só e mesmo espaço. Estas partes não podem anteceder este espaço único, que tudo abrange, como se fossem seus elementos constituintes (que permitem a sua composição); pelo contrário, só podem ser pensados nele. É essencialmente uno; a diversidade que nele se encontra e, por conseguinte, também o conceito universal de espaço em geral, assenta, em última análise, em limitações. De onde se conclui que,

em relação ao espaço, o fundamento de todos os seus conceitos é uma intuição *a priori*. (A25/B39).

As diferentes partes do tempo pertencem a um tempo único, assim como as diferentes partes do espaço pertencem a um espaço único, o que faz necessário que sejam antes dadas pela intuição e não por conceitos. Espaço e tempo são, nesta medida, intuições puras e do mesmo modo formas necessárias das fenômenos. Todavia, o espaço não deve ser confundido com um agregado de uma série de espaços, mas antes todas as limitações no espaço devem ser entendidas como pertencendo a um todo único. O argumento de Kant não pretende excluir ou negar a existência de um conceito de espaço ou de espacialidade, sob o qual estariam as notas comuns a todos os diferentes espaços ou às diferentes limitações do espaço, isto é, um conceito universal de espaço em geral, mas antes que, como enfatiza Paton, o que seria comum a todas estas representações do espaço é a inevitabilidade de serem limitadas, o que deixa claro que um conceito de espaço deve ser derivado de uma intuição pura de um espaço enquanto necessariamente limitado, e portanto, de um espaço a que tudo engloba: “Em outras palavras, uma pura intuição do espaço deve fundamentar todos os nossos conceitos de espacialidade”. (PATON, 1970: p.116).

Na exposição metafísica, a respeito da idéia de tempo, Kant tece cinco considerações, grosso modo, primeiro, o tempo não é um conceito empírico que derive de uma experiência qualquer, na medida em que a percepção da simultaneidade e da sucessão pressupõe que a representação do tempo seja seu fundamento *a priori*. Segundo, “o tempo é uma representação necessária que constitui o fundamento de todas as outras representações. (...) O tempo é, pois, dado *a priori*” (A31/B46). Terceiro, o tempo tem apenas uma dimensão, isto é, tempos diferentes são sucessivos e não simultâneos, assim os princípios apodícticos das relações de tempo ou os axiomas do tempo em geral, devem ter valor de regra, na medida em que são condições da possibilidade da experiência e, portanto, nos instruem antes e não mediante tal experiência. Quarto, “O tempo não é um conceito discursivo ou, como se diz, um conceito universal, mas uma forma pura da intuição sensível” (A32/B47). E, por último, Kant esclarece que “a representação originária do tempo terá de ser dada como ilimitada” (Id.), pois a

infinitude do tempo significa que qualquer grandeza determinada de tempo é somente possível por limitações de um tempo único como fundamento.

Sobre a infinidade do tempo assim como foi dito do espaço se deve entender que cada limitação estabelecida como uma parte determinada do tempo está dentro de um tempo à que tudo inclui e, portanto o pressupõe. Ora, o tempo por uma argumentação semelhante a que foi empregada para justificar a necessidade do espaço ser uma intuição, também deve ser uma intuição e não um conceito, na medida em que o conceito de temporalidade, ou o conceito universal de um tempo em geral deve ser derivado da intuição pura do tempo. As notas comuns reunidas sob o conceito da temporalidade presentes em diferentes partes do tempo ou em tempos diferentes são sempre a representação de um tempo limitado. Logo, não podem derivar senão de uma intuição de um tempo limitado e, portanto, pressupõem um tempo que a tudo abrange. O tempo não pode ser um conceito, pois, cada parte sua, enquanto limitação de um tempo a que tudo inclui, não poderia ser entendida como uma parte que pertence e compõe um tempo único, haja vista, cada parte apresentaria apenas as notas comuns sob um conceito de tempo em geral.

O que é importante ressaltar na exposição metafísica é que o tempo e o espaço são pressupostos da experiência, e que as relações de espaço e tempo não podem ser entendidas apenas como relações qualitativas. Em outras palavras, a diferença entre as posições dos objetos no espaço, ou a diferença entre os objetos serem simultâneos ou sucessivos no tempo, não são diferenças meramente qualitativas das coisas na experiência. Herbert Paton vai além e afirma sobre a “Exposição metafísica”: “Talvez haja ainda a sugestão de que as idéias de espaço e tempo não são abstraídas de dados de sensações (ou objetos) do mesmo modo que conceitos empíricos de uma característica comum (como ser vermelho ou colorido) são abstraídos”. (PATON, 1970: p.111). O que indicaria que espaço e tempo devem estar em nós, ou mesmo, ser conhecidos “antes” da experiência.

Todavia, isso não quer dizer que o espaço e o tempo podem ser percebidos fora da experiência ou que podem ser determinados *a priori*, ou ainda que sejam coisas em si mesmas, mas sim que podem ser pensados separados ou abstraídos dos objetos da experiência pela geometria quando construímos figuras geométricas *a priori* por uma intuição pura, o que, no entanto, como aponta Paton, envolve fenômenos presentes aos sentidos:

Nós podemos também ter em mente o espaço e o tempo como todos únicos, e dizer que o espaço tem três dimensões enquanto o tempo tem uma; mas, mesmo tais princípios fundamentais não teriam significado (isto é, nenhuma referência objetiva), a não ser que pudéssemos expor o significado deles em relação com objetos empíricos; e nossa idéia de espaço ou tempo seria um mero 'esquema' à parte da atividade da imaginação reprodutiva na evocação de objetos da experiência. Por mais que possamos pensar o espaço ou o tempo como vazios de qualquer objeto particular, tem de haver algum tipo de referência a pelo menos objetos possíveis; e nós podemos conhecer espaços e tempos particulares somente ao conhecer os objetos que eles contêm. (PATON, 1970: p.113).

3.2.

Exposição transcendental dos conceitos de tempo e espaço

A respeito da exposição transcendental, e mais especificamente em relação ao espaço resume Caygill: “Kant usa a geometria como um corpo de “conhecimento sintético a priori” que decorre do princípio do espaço”. (CAYGILL, 2000: p.122). Por exposição transcendental Kant entende a explicação de um conceito, aqui os de tempo e espaço, como princípio a partir do qual será possível compreender a possibilidade de conhecimentos sintéticos a priori. Justamente por este motivo a exposição metafísica antecede a exposição transcendental, uma vez que era necessário demonstrar que as idéias de tempo e de espaço são na verdade intuições puras *a priori*, pois, para que o conhecimento alcançado pela geometria seja constituído por juízos *a priori*, estes têm de ser erguidos sobre intuições puras. E para que possamos considerar os juízos geométricos necessários e universais o espaço não pode ser entendido de uma outra maneira, em outras palavras, não teríamos certeza sobre os conhecimentos produzidos pela geometria, se tivessem apenas a experiência como alicerce, e não poderíamos dizer, por exemplo, que a soma dos ângulos internos de um triângulo têm de ter 180° (invariável e necessariamente), mas, somente que até hoje todas as vezes que pensamos um triângulo, ele satisfaz esta exigência.

A geometria é, de acordo com Kant, a ciência que determina *a priori* e sinteticamente as propriedades do espaço, cuja representação, por conseguinte, tem de ser uma intuição, na medida em que “... de um simples conceito não se pode extrair proposições que ultrapassem o conceito” (A25/B41) — o que se

verifica na geometria, haja vista, todas suas proposições serem sintéticas. Kant estabelece uma concepção de espaço enquanto condição subjetiva da sensibilidade, e, nesta medida, o espaço não pode ser entendido como uma propriedade das coisas em si mesmas e de suas relações mutuas, todavia, possui validade objetiva em relação ao que possa ser apresentado ao homem exteriormente como objeto. Deste modo, o espaço deve ser entendido como situado apenas no sujeito “... como forma do sentido externo em geral, ou seja, enquanto propriedade formal do sujeito de ser afetado por objetos e, assim, obter uma representação imediata dos objetos exteriores, ou seja, uma intuição” (*Id.*).

A exposição transcendental do conceito de tempo, seguindo o propósito de uma exposição transcendental, indica que o conceito de mudança e também o conceito de movimento só é possível mediante e na representação do tempo. Isto porque só é possível compreender a predicação, por exemplo, de uma e mesma coisa existir num lugar e também não existir no mesmo lugar, por o tempo ser uma intuição interna *a priori*, posto que apenas no tempo, isto é, sucessivamente, é possível que ambas as determinações se refiram a uma mesma coisa sendo contudo contraditoriamente opostas. Não obstante os juízos sintéticos *a priori* seriam formados pela síntese *a priori* da intuição pura do tempo não fundamentarem uma ciência como a geometria, fundamentariam, no entanto, princípios ou axiomas das relações temporais, como a unidimensionalidade do tempo e a impossibilidade de tempos diferentes serem simultâneos, ou melhor, a necessidade deles serem sucessivos.

Ora, a ciência sintética *a priori* do tempo pode dificilmente ser chamada de uma ciência de fato, na medida em que não há mais a dizer sobre o tempo na “Estética Transcendental” do que os axiomas já estabelecidos, principalmente em vista do alcançado pela ciência sintética *a priori* do espaço, isto é, a geometria. Paton, sobre a exposição metafísica do tempo, chama ainda nossa atenção para a dificuldade encontrada por Kant em desenvolver seus argumentos sobre o tempo sem recorrer a elementos empíricos, o que se torna evidente quando ele é obrigado a envolver os conceitos de mudança e de movimento para sustentar a idéia do tempo como intuição pura *a priori*. E ainda, Kant é levado a lançar mão do espaço e não só do tempo para explicar sua doutrina do movimento, enquanto a geometria não depende do tempo, mas apenas do espaço. O tempo como forma do sentido interno deveria, de forma análoga ao que o nosso sentido externo faz em relação

aos fenômenos externos, fornecer-nos a base para uma ciência dos estados internos, quer dizer, para a psicologia. (Cf. PATON, 1970: p.128).

É comum, por outro lado, interpretar a doutrina kantiana do tempo e do espaço como intuições puras *a priori*, como se o filósofo concedesse uma anterioridade temporal às formas puras da nossa sensibilidade, como se fosse possível estabelecer uma ordem de sucessão entre as operações de nossa mente, e que nesta ordem se encontraria primeiro a forma de nossa sensibilidade e depois a sua matéria, em outras palavras, que o tempo e o espaço enquanto condições da possibilidade de qualquer intuição ou como a capacidade de sermos afetados precederiam as próprias intuições sensíveis. Todavia, não parece ser isto o que defende Kant quando afirma que as representações do tempo e do espaço são intuições *a priori*, ele estabelece antes uma precedência lógica mais não atual. O que se poderia dizer ainda, como argumenta Paton, é que na perspectiva kantiana todo ser humano antes mesmo iniciar qualquer experiência têm pela natureza de sua sensibilidade de se relacionar com os objetos sensíveis segundo as representações do tempo e do espaço. (Cf. PATON, 1970: p.137).

Resumidamente, pode-se dizer que até agora o espaço e o tempo foram apresentados como intuições puras *a priori*, ou, melhor, como formas puras da sensibilidade, entendidas também como, respectivamente, as formas dos sentidos externo e sentido interno, e que constituem, necessariamente, não só as condições da experiência externa e interna, mas também os objetos da intuição externa. Espaço e tempo são assim tratados como representações puras porque não podem ser derivados da experiência, são *a priori* porque têm de anteceder qualquer experiência, e são formas, pois dão ordem à diversidade da aparência, contudo, não são conceitos, na medida em que não subsumem uma tal diversidade, apenas ordenam a matéria da sensibilidade, são intuições. Espaço e tempo, deste modo, são responsáveis pela ordenação dos objetos da sensibilidade antes desses serem unificados num juízo por meio dos conceitos do entendimento.

Todavia, ainda não ficou claro porque o espaço e o tempo são subjetivos, ou melhor, são a forma da nossa intuição, ou ainda, que fundamentos Kant estaria erguendo para sustentar posteriormente a idealidade transcendental do tempo e do espaço. Ora, para a consistência do argumento kantiano não se poderia entender de outra forma, uma vez que, sendo o espaço e o tempo representações puras *a priori*, isto é, necessárias e universalmente válidas não podem ter sua origem na

experiência ou nos objetos da experiência, antes são por eles pressupostos, haja vista, a experiência não concede a validade universal nem necessidade para qualquer representação. Não resta ao sujeito senão ser a origem dessas representações, que por isso são subjetivas, e considerando que são as condições para a nossa intuição têm de ser a forma da nossa sensibilidade, o que veremos mais detalhadamente em seguida.

3.3.

O tempo e o espaço como formas puras da intuição

O tempo e o espaço entendidos como formas puras *a priori* ou como intuições puras da sensibilidade têm de ser explicados a partir de uma análise mais atenta do que exatamente significam para Kant intuição, forma da intuição e intuição pura. É importante ter claro, como veremos mais detalhadamente no capítulo seguinte, que para Kant a sensibilidade é inteiramente passiva, enquanto o entendimento é ativo, isto é, a sensibilidade apenas recebe os dados dos sentidos enquanto o entendimento é responsável por pensá-los, nesta medida, as intuições cabem à sensibilidade e os conceitos ao entendimento. A intuição como foi visto é uma representação singular e os conceitos são representações gerais, quer dizer, representações por notas comuns ou representações sobre o que é comum a diferentes objetos.

O tempo e o espaço, todavia, não são objetos em si ou coisas em si mesmas que possam ser considerados existentes fora do aparelho cognitivo do homem e que possam afetar a sensibilidade humana produzindo nela uma intuição. O tempo e o espaço são antes o que permite que os objetos sejam representados como tendo forma temporal e espacial, mas isto não resolve a questão, pois permanece indefinido o que se deve entender por forma da intuição, principalmente em vista da ambigüidade dos termos empregados por Kant para se referir a este respeito. Ora, é comum encontramos referências à forma dos fenômenos, à forma da sensibilidade, à intuição pura e à forma da intuição como se exprimissem a mesma coisa, mas parece mais seguro que tratemos de analisá-las separadamente. (Cf. PATON, 1970: p.101).

O tempo e o espaço são considerados como formas dos fenômenos na medida em que para que qualquer objeto que possa aparecer tem de se reportar às condições da sensibilidade, isto é, tem de ser ordenado espacial e temporalmente, ou, em outras palavras, para que alguma coisa possa ser objeto dos sentidos tem de estar sob as condições espaço temporais o que as torna, portanto, condições da possibilidade das aparências, e, por conseguinte, as formas dos fenômenos.

O espaço e o tempo são as formas da sensibilidade, haja vista, são as formas de todas os fenômenos, e nesta medida são universais, o que nos leva a entendê-los como puros e *a priori*, pois não podem depender de dados empíricos que nunca poderiam garantir universalidade e necessidade. Todavia, o tempo e o espaço são as formas da *nossa* sensibilidade, logo, as suas representações dependem da natureza do nosso aparelho cognitivo, mais propriamente de nossa sensibilidade. Ora, se as representações do tempo e do espaço dependem da natureza de nossa sensibilidade, então, tanto o tempo quanto o espaço, uma vez que são subjetivos, também dependem da natureza de nossa sensibilidade, mas isto não quer dizer que a sensibilidade tenha um papel ativo no conhecimento, isto é, que ela não seja exclusivamente passiva. Neste sentido, Paton esclarece:

Segundo esta visão, espaço e tempo são potencialmente presentes em nossa sensibilidade antes mesmo de começar a experiência. Eu não penso que Kant acredite que o espaço e o tempo estejam efetivamente presentes em nossas mentes antes de começar a experiência. Mas, a expressão 'forma da sensibilidade' tem certa ambigüidade. Ela pode ser aplicada, não ao espaço e ao tempo, mas àquela característica de nossa sensibilidade em virtude da qual nós podemos perceber as coisas apenas em relações temporais e espaciais. Esta característica existe de fato em todo humano mesmo antes de começar a experiência. (PATON, 1970: p.103)

Portanto, é importante ressaltar a diferença entre os termos forma dos fenômenos e forma da sensibilidade, dado que pelo último devemos pensar o tempo e o espaço em sua subjetividade, enquanto forma da intuição pode ter um sentido mais próximo de forma dos fenômenos se por fenômenos (ou aparências) se pensar o mesmo que intuições. O que pode parecer apenas um esforço sem sentido em classificar e separar o vocabulário kantiano pode mais tarde servir para que não descuidemos de diferenças à primeira vista insignificantes, mas que não devem ser desconsideradas se pretendemos analisar pormenorizadamente a tese de Kant.

Forma e matéria, como trataremos mais detalhadamente na conclusão, estão intimamente ligadas, isto é, quando se fala em forma é apenas em referência à forma da matéria, então, quando Kant diz que o tempo e o espaço são as formas da sensibilidade, que é a faculdade que recebe os dados dos sentidos, devemos entender as relações segundo as quais, ou, o sistema segundo o qual os dados dos sentidos nos afetam. Espaço e tempo são as condições que permitem que os dados dos sentidos sejam ordenados em relações particulares e que possam ser percebidos.

Quando Kant se refere a uma intuição pura isto significa uma separação entre a matéria e a forma, isto é, quando se abstrai a matéria dos objetos e se isola a simples forma da matéria sobram as suas relações espaço temporais. Pela simples forma da matéria têm-se apenas suas relações ou sistema de relações espaço temporais, mas quando Kant se refere a intuições puras, o espaço e o tempo são pensados em sua unidade o que parece depender do entendimento, o que pode ser depreendido da argumentação empregada por Kant na segunda edição da *Crítica* (B160) que parece indicar que a unidade do espaço e do tempo depende da atividade sintética do pensamento, enquanto a simples forma não apresentaria unidade.

Uma intuição pura deve conter a unidade do múltiplo, mas este múltiplo não é empírico como o pensado pelo entendimento, ele é *a priori* e contém apenas as relações espaço temporais enquanto formas da sensibilidade humana, deste modo, o múltiplo *a priori* ou as relações espaço temporais são ao mesmo tempo o que está contido na intuição pura como também as formas da intuição empírica:

Intuição pura é *pura* ou *a priori* porque elimina o elemento empírico dos sentidos, e contém apenas as relações universais e necessárias em que coisas sensíveis aparecem. Deveria, todavia, se notar que espaço e tempo não são somente condições necessárias e universais da experiência. Eles têm neles mesmos, mesmo quando abstraídos da experiência, certa necessidade e universalidade; pois ao conhecê-los nós conhecemos, separado da experiência, tudo o que suas partes devem ser. Nossa intuição deles é pura, na medida em que é intuição de um todo cujas partes podem ser conhecidas independentemente da experiência. Este segundo Kant não distingue tão bem do primeiro. (PATON, 1970: p.105).

Assim, os termos forma da intuição e intuição pura são utilizados por Kant sem muito cuidado, pois podem estar referidos a mesma coisa, ou melhor, como evidencia Paton, a intuição pura contém as relações espaço temporais abstraídas

do sensível das aparências e tomadas em sua unidade enquanto a forma da intuição é justamente o sistema dessas relações.